

A PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O SEU SIGNIFICADO ENTRE OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ¹

Josinára Ribeiro de Alencar

Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté. Email: josinara.alencar@uol.com.br

André Luiz da Silva

Professor Dr. do PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté. Email: interiworld@gmail.com

RESUMO - Este trabalho tem por objetivo investigar qual o significado de participação para integrantes de uma rede social comunitária no município de Taubaté/SP e compreender como os contextos diretos e indiretos que permeiam a trajetória dos indivíduos interferem neste significado. A pesquisa foi exploratória e utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e questionários. As respostas foram submetidas a análise de conteúdo, tendo como referência o debate sobre participação presente na Psicologia Social Comunitária. Como resultado encontrou-se que a Rede Social Taubaté passou por uma alteração em seu formato inicial, constituindo-se hoje numa rede autônoma e com relações horizontalmente distribuídas. Acredita-se que a mudança ocorreu por que a dinâmica de funcionamento das redes sociais requer além do fluxo livre de informações, a horizontalidade das relações, para que ocorra a motivação para a participação.

Palavras chaves: Participação. Redes sociais comunitárias. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT - This study aims to investigate the participation's meaning for members of a community social network in the municipality of Taubaté / SP, Brasil. And understand how direct and indirect contexts that underlie the trajectory of people affect this meaning. The research was exploratory and employed semi-structured interviews and questionnaires how data collection instrument. The responses were submitted to content analysis, with reference to the present debate on participation in Community Social Psychology. As a result it was found that the *Rede Social Taubaté* underwent a change in its initial format, becoming today an autonomous network and relationships with horizontally distributed. It is believed that the change occurred because of the dynamics of social networks operation requires beyond free flow of information, the horizontality of relationships to occur motivation for participation.

Keywords: Participation. Community Social Networks. Human Development

¹ Esse texto origina-se da dissertação de mestrado “Desenvolvimento humano e participação em redes sociais comunitárias” a ser defendida em setembro de 2012 por J. R. de Alencar, sob a orientação de A. L. da Silva, no PPG em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo foi motivado pelo interesse em investigar qual o significado de “participação” para um grupo que atua em rede social comunitária na cidade de Taubaté/SP² e que se denomina “Rede Social Taubaté”. Este interesse fundamenta-se na perspectiva da psicologia social comunitária e em questionamentos provenientes de observações da participação realizada por pessoas nas ações para a promoção do desenvolvimento social e humano em suas localidades. A partir do conhecimento dos contextos socio-históricos e os contextos diretos e indiretos das trajetórias dos indivíduos, Busca-se pesquisar também, como estes contextos influenciam ou não o significado que emprestam á sua participação social.

A rede social propicia uma articulação entre as várias esferas da sociedade civil e potencializa a capacidade de mobilização coletiva para a realização de ações conjuntas. Em geral, na Psicologia Social Comunitária é representada por valores de igualdade, democracia, solidariedade, cooperação e construção coletiva. O trabalho da psicologia social comunitária compartilha, assim, um significado com os agentes que integram as redes sociais. Conforme Almeida e Cunha (2003), esses significados são compreendidos como constituídos pela e constitutivos da realidade social, sendo, portanto, explicativos e promotores desta realidade. Deste modo, interessa-nos saber qual o significado de participação para este grupo em questão que atua na Rede Social Taubaté.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As Redes Sociais

Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas de forma diferenciada dos pressupostos ideológicos e políticos dos anos de 1970 e 1980. Demandas de movimentos reivindicatórios articularam-se com os objetivos de organizações filantrópicas, ligadas ou não aos setores empresariais. Dessas articulações surgem as redes sociais que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro. As redes têm aparecido como um modo de organização das instituições e entidades do Terceiro Setor. São também modos organizativos compatíveis com as noções de criatividade e inovação, na medida em que atributos tais como a autonomia, a impermanência da ordem, a indeterminação e a flexibilidade são elementos associados a ideia de constituição das redes (MARTINHO, 2002). Todavia, o conceito

² Município com cerca de 280.000 habitantes, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba.

de rede é amplo e tem sido utilizado nas esferas econômica e política e nas perspectivas organizacional e social (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Na perspectiva sociológica contemporânea (BAUMAN, 2001; GIDDENS, 1991), as redes surgem como uma moderna (ou pós-moderna) forma de interação social caracterizada por relações sociais desencaixadas. A abordagem antropológica (BARNES, 1987) aborda as redes sociais enquanto interações e laços pessoais e de amizade, processos em que os indivíduos e grupos buscam mobilizar apoios para seus propósitos, sobretudo em âmbito local e nas mais diferentes esferas da vida social.

Na esfera econômica, a globalização gera uma competição aberta que cria a necessidade de redução de custos para manter a viabilidade econômica das empresas e produtos. As redes são tomadas como recursos que podem minimizar custos e capital imobilizado, compartilhar recursos e informações e estabelecer parcerias estratégicas, minimizando os efeitos da economia globalizada (LOIOLA; MOURA, 1996; CASTELLS, 2000; MINHOTO; MARTINS, 2001). Na perspectiva organizacional, o conceito de rede tem sido utilizado para descrever o ambiente de atuação das organizações contemporâneas que se encontram separadas geograficamente.

Na esfera política, Minhoto e Martins (2001) e Castells (2000) comentam que a rede parece constituir uma resposta à crise fiscal e a erosão da soberania do Estado contemporâneo como estratégia para enfrentar algumas questões, entre elas as situações geradas pelo desmonte do *Welfare State*. Na perspectiva sociopolítica, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas destinadas prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária e responsável (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 1999; MINHOTO; MARTINS, 2001; FRANCO, 2004; SCHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007). Nessa perspectiva, o conceito de rede alcança o sentido de redes de pessoas e organizações que procuram a melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento humano e social: uma rede de compromisso social, no sentido de compromisso de defesa dos direitos sociais e de cidadania. É nesse sentido que o conceito mais se apresenta nesse estudo.

Inojosa (1999) comenta que em princípio rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. Numa visão utópica, a autora entende que a rede social é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia coletiva. A rede social seria uma estrutura horizontal, democrática, participativa, aberta e presencial que une indivíduos e/ou organizações

em torno de valores e objetivos compartilhados sem que as partes percam autonomia e identidade (INOJOSA, 1999).

Para Whitaker (1993), a definição de rede social está voltada para as redes formadas por indivíduos, ONGs, empresas e/ou equipamentos públicos, que de alguma forma se vinculam em torno de valores ou de uma causa em prol do interesse público ou da comunidade. São fundamentais para a configuração das redes, segundo o autor, a democracia, a circulação de informação, a não representação e a participação livre (WHITAKER, 1993). Castells (2000), reforça a noção de rede enquanto vínculos tecidos entre diferentes atores, como uma forma contemporânea de agir, descentralizada, flexível e global, que pode ser definida, entre outras coisas, pelo “estar em rede”, sendo esse um dos traços que marcam esta época:

Redes são instrumentos apropriados pela economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (CASTELLS, 2000, p.497).

Para Castells (2000), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Pode-se, portanto, embasado em Castells (2000), levantar a hipótese sobre as ações dos sujeitos desta pesquisa como um fazer coletivo, condizente com o novo tecido e organização social contemporâneo.

Observam-se, segundo Machado (2007), alianças e trocas de informações e apoio entre as diferentes redes de coletivos sociais, explorando seus elementos comuns. Atualmente falamos, portanto, de redes que incluem centenas de entidades, que trocam informações, formam grupos de pressão e se apoiam mutuamente.

As redes podem ser também de diferentes tamanhos – de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir igualmente redes de redes. E dentro de uma rede podem se formar sub redes, com objetivos específicos. A interligação em rede, de pessoas e/ou entidades, se estabelece a partir da identificação de finalidades comuns e/ou complementares cuja realização melhor se assegurará com a formação da rede.

A ideia coletiva mencionada anteriormente por Inojosa (1999) supõe a definição conjunta de um objetivo comum, a ser realizado com a preservação da identidade original de cada participante. Esta definição se dará no próprio processo de compartilhamento dessa ideia e na

explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando a sua atuação. Parece que esse marco tem sido a tônica atualmente adotada para trabalhar as questões sociais.

Porém, segundo Inojosa (1999), para alcançar os objetivos comuns o tempo de permanência dos parceiros em uma rede deve corresponder ao tempo necessário para se realizar as ações planejadas: “É isso que dá estabilidade à rede, que se manifesta na sua capacidade de manter o propósito comum e realizar os objetivos” (INOJOSA, 1999, p. 25).

Quando se propõe, numa rede, uma ação conjunta, esta não precisará ser necessariamente assumida por todos os seus integrantes, mas somente por aqueles que livre e autonomamente decidirem participar. Porém, alerta Inojosa (1999), além das motivações que levam indivíduos e instituições a integrar a rede, estão presentes interesses que modulam as condições de cooperação. Ainda que abraçando uma ideia comum e compartilhando objetivos, a singularidade de cada parceiro far-se-á presente em todos os momentos de decisão e de ação, de forma cooperativa ou de forma competitiva, quer por recursos financeiros quer por recursos de poder.

O fluxo de informações em rede está associado ao modo como o poder é distribuído entre seus integrantes e a pressão por eles sofrida. Assim, o poder e suas buscas podem tanto viabilizar as ações em rede, quanto serem geradores de conflitos e inércias nas redes (CASTELLS, 2000; INOJOSA, 1999; MACHADO, 2007).

Inojosa (1999) sugere que se deve então, para atingir os propósitos comuns, recorrer à mobilização para a participação e para a ação consciente. Sobre mobilização entende-se que é a convocação de voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados. Deste modo, fortalece-se a identidade e o objetivo comum. “A resistência do tecido das redes de compromisso social parece estar relacionado à capacidade de mobilização da ideia e à constância de seu reforço.” (INOJOSA, 1999, p. 30).

O conceito de rede social, neste ponto de vista, colabora para a compreensão do funcionamento de uma rede. Ela pode interligar tanto unicamente pessoas, como unicamente entidades, como pessoas e entidades. As pessoas e/ou entidades interligadas numa rede podem ser do mesmo tipo ou inteiramente heterogêneas. Tudo depende dos objetivos que a rede se propõe alcançar.

2.2 A Participação

A referência genérica que usualmente empregamos quando dizemos “participação”, tem como pressuposto um comportamento oposto à apatia ou à situação de alienação social do indivíduo. Entretanto, mesmo a participação apática, alienada ou blasé ainda é um tipo de participação. Mas não é delas que se trata nesse estudo. Na verdade, tem-se em mente um

comportamento antagônico à apatia. Assim, o sentido de participação que se emprega é o de participação engajada, o ato de o indivíduo participar das questões sociais e das demandas de direitos na esfera local, em suma, uma participação engajada em uma causa ou finalidade. Enfim, uma participação com compromisso social, no sentido que apontamos anteriormente. Dessa forma, os conceitos sobre participação auxiliaram-nos na compreensão da representação de participação para os sujeitos desta pesquisa. Percebeu-se que a participação é processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo e que é comum a todo ser humano. Souza (1991) comenta que a participação é “o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado.” (SOUZA, 1991, p. 81). Pode-se inferir que a participação é inerente ao homem. Ela supõe a criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais e é requisito de realização do próprio ser humano. O compartilhamento e a afetividade associados à noção de ser humano também estão presentes nas questões relacionadas à participação. Sobre esta afetividade Bordenave (2002) comenta que a participação tem uma base afetiva e uma base instrumental que se complementam. A base afetiva de uma participação é proveniente do prazer que possuímos em fazer coisas com outros. A base instrumental, por sua vez, nos mostra que participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. O prazer na relação com o outro agrega as pessoas e fortalece o sentimento de pertença que é facilmente encontrado quando existe qualquer tipo de participação.

A respeito do compartilhamento, entende-se que a participação passa pelo objetivo comum e se este objetivo excluir alguém, este alguém não vai se comprometer e participar. Muñoz (2004) por sua vez comenta que a confiança, o comprometimento e a competência para participar devem ser adquiridas gradativamente com a prática. A participação não consegue ser ensinada e aprendida como abstração.

No senso-comum, a “participação” parece remeter a esses critérios, e mais especificamente à utopia do protagonismo social e solidariedade. Esse último sentido é evidenciado por autores engajados em projetos de formação para a cidadania popular, como no caso do comunicador paraguaio Juan Díaz Bordenave. E do educador social espanhol César Muñoz. Sobre a palavra participação, Muñoz (2004) comenta que é composta por: *Pars* (raiz latina) que significa parte; *ceps* que significa o que toma. Ou seja, o que toma parte, o que compartilha. Como resultado de seus estudos sobre participação, Muñoz (2004), elenca alguns significados sobre participação. Entre eles: fazer parte de alguma coisa; organizar-se com outros para ser responsável conjuntamente; sentir-se soberano; é algo político, um jogo democrático; é um meio que contribui com nossa tomada de consciência da realidade; é ser protagonista e solidário; mudança a partir do compartilhamento; envio de mensagem e acompanhamento com

ação; entre outros. O autor complementa com a ideia de que participação deve ser cidadã e que é sinônimo de partilha das decisões que afetam a própria vida do indivíduo e do local. Bordenave (2002) concorda com Muñoz no que tange a epistemologia da participação. Daí, participar é 1) *fazer parte*, 2) *tomar parte* ou 3) *ter parte*. Estas três formas de entender o “participar” abrem caminhos para pensar as várias maneiras de participação de sujeitos em grupos e movimentos sociais, pois apontam para a qualidade ou nível de envolvimento na participação.

Demo (2001) também discute e aprofunda o tema da participação, entendida como um processo de conquistas e *autopromoção*, que precisa ser forjada cotidianamente, refeita e recriada. Quanto à dinâmica da relação de participação, Lima (1983) afirma que o indivíduo não deve ser entendido simplesmente como objeto; deve ser visto como sujeito de ação e não apenas como sujeito de reprodução do sistema.

Uma importante observação crítica sobre participação é apresentada por Sposati (1982), que considera que o significado primeiro da participação pode ser *estar presente* e não necessariamente ter *consciência política*. A autora critica aquelas formas de se trabalhar a participação como abstração, a partir de categorias a-históricas, pensadas de forma estática e reificada, e que ignoram o movimento histórico dos homens. Sposati (1982) parte da análise das forças que mobilizam o homem a se colocar em movimento e desenvolve uma formulação da participação como o pôr-se em movimento. Os estudos da participação sobre a ótica da Psicologia social comunitária seguem a meio termo entre as vertentes acima.

2.3 A Psicologia Social Comunitária e a Participação

A psicologia social comunitária, que enfatiza a participação como vetor de desenvolvimento humano e de autonomia grupal, compreende o homem como sendo socio-historicamente construído e ao mesmo tempo construtor das concepções de si, dos outros e do contexto social e por isso mesmo apresentando diferenças significativas. A psicologia social comunitária privilegia o trabalho com os grupos e visa colaborar para a formação da consciência crítica das pessoas. Ela é um campo teórico que emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania. Esse campo estaria, segundo Vasconcelos (1985), comprometido com os processos e movimentos que reivindicam direitos civis, políticos e sociais a todos os indivíduos para que, enquanto pessoas humanas, sejam tratadas em condições de igualdade perante a lei e o Estado. Os trabalhos da psicologia comunitária por meio de métodos e processos de conscientização procuram trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente “seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados” (CAMPOS, 2010, p.10).

Já os objetivos do trabalho do psicólogo comunitário seriam “favorecer a 'tomada de consciência' (expressão fundamental da psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação” (SAWAIA, 2010, p.46).

A propósito do fenômeno da alienação, Lane (2001, p.42) afirma que ela “se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais.” Isso se caracteriza como uma inversão do humano, do social e do histórico. A ausência de reflexão sobre as ações e as contradições sociais se evidencia por uma resposta pronta, já elaborada pelo grupo, tida como “verdadeira”, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e ao que ele é socialmente. Deste modo, a psicologia comunitária, visando promover a consciência e minimizar a alienação, procura promover a participação reflexiva dos grupos com os quais trabalha na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação de suas atividades. Ou seja, participação comunitária integral.

[...] a psicologia comunitária é uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu objetivo é a transformação do indivíduo em sujeito. (GÓIS, 1993, p.11)

Faz-se necessário discutir a dimensão comunitária constitutiva desse campo intelectual. Comunidade na teoria social clássica é definida como lócus que representaria atributos de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns. De certo modo, tais atributos seriam contraditórios aos estilos de vida característicos da contemporaneidade, associados, por sua vez, aos atributos de egoísmo, exclusão e fluidez das relações humanas (SCARPARO; GUARESCHI, 2007). Nesse mesmo sentido, classicamente, os espaços comunitários foram percebidos como espaços de resistência aos projetos de modernização econômica e societária que estaria nos legando um tipo de “sociedade na qual parceiros são adotados ou descartados, de acordo com sua utilidade e funcionalidade” (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 103). No entanto, o conceito de comunidade como qualquer outro é polissêmico e assim deve ser interpretado e usado em contexto, afastando suas polaridades antagônicas. Essa perspectiva tem sido adotada pelos autores da psicologia social comunitária. Scarparo e Guareschi (2007, p. 103), por exemplo, concebem as comunidades contemporâneas como “um lugar imprevisível, no qual as pessoas vivem seu cotidiano e se relacionam, tanto na fragmentação e naturalização da vida quanto na possibilidade de desejar, conviver e curar”.

Sawaia (2010) também acredita que os estudos sobre comunidade devem retornar a sua gênese, para “recuperar seu substrato ético-simbólico, como categoria de integração e também de autonomia” (SAWAIA, 2010, p.47). Complementa dizendo que a comunidade no escopo da

psicologia comunitária é entendida como unidade consensual, sujeito único, lugar de gerenciamento de conflito e de mudança de atitudes. Para Pedrinho Guareschi (2010, p.95) “a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo”. Neste lugar, são colocadas em comum a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos. Na comunidade, os integrantes têm voz e vez exercitando sua vocação de animal político social. O autor defende que a questão de que uma sociedade só será democrática se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas, pois nesse nível básico é que acontece a vida e a vivência democrática.

Nos anos de 1970, período em que o conceito de comunidade passou a ser utilizado como categoria de análise pelas ciências psicológicas, a noção de comunidade, no campo popular brasileiro, foi uma ideia chave que atuou como princípio político organizativo das camadas classes populares na luta por seus direitos sociais e econômicos (GOHN, 2008). A comunidade representava a unidade básica para a organização do “povo”. Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais e pelo acesso aos serviços sociais. “A força social do povo advinha da comunidade organizada” (GOHN, 2008, p.52). A autora diz que os anos 1980 foram o ápice da visão da comunidade como base de forças sociais organizadas. A partir deste período, em decorrência de várias mudanças nas conjunturas sociais, econômicas e políticas, nacional e internacional, surgiu outro significado para comunidade: “Trata-se de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública em que articulam diferentes atores sociais que desenvolvem programas sociais criando redes societárias e um novo tipo de associativismo civil comunitário” (GOHN, 2008, p.53). Porém, o termo comunidade tem retomado o sentido de comunidade como um grupo de pessoas que ocupam um espaço comum, onde estas pessoas interagem em seus diversos papéis, institucionais ou não, e criam laços de identidade a partir dessa interação. A psicologia social comunitária evidencia-se como contribuinte na produção de conhecimento sobre esta temática. “A comunidade, é aqui, essencialmente, um sistema de interação social e a psicologia social é o campo de produção dos significados desta corrente.” (GOHN, 2008, p.54).

Para Vasconcelos (1985), a psicologia social comunitária, embasada na compreensão supracitada de comunidade, busca empreender práticas e produzir conhecimento adotando a abordagem interdisciplinar e trabalhando em equipes multiprofissionais. A ênfase da disciplina estaria nas pessoas enquanto seres sociais, onde o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, sociais, culturais e políticas. Trata-se de uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social que busca a explicitação de um compromisso político-social intervencionista.

Segundo Martín-Baró (1996), existem várias perspectivas sobre a intervenção social, conforme os referenciais teóricos de quem as formula. No entanto, a intervenção é entendida consensualmente como um processo intencional de interferência ou influência e que tem como objetivo provocar uma mudança. Para Martín-Baró (1996), o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e em última instância a mudança individual. Por isso, parece-nos pertinente estabelecer aqui o conceito de participação na intervenção comunitária que assume uma esfera de ação específica ao realçar a importância do papel ativo dos sujeitos. Esta participação ativa, porém, vem permeada de diversidade de saberes e de comportamentos. Faria-se necessário na intervenção comunitária, na atuação do psicólogo comunitário e para participação em rede um saber e um agir interdisciplinar.

2.4 A família, a escola e a comunidade como contextos que influenciam na participação e no desenvolvimento humano

Em uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento, a pessoa encontra-se integrada e em relação com sistemas organizados e dinâmicos. Porém, para compreender o processo de desenvolvimento no curso da vida, deve-se enfatizar o impacto das interações e das mudanças sociais na trajetória das pessoas.

Nesta perspectiva, os sistemas são vistos como estruturas organizadas hierarquicamente que devem ser analisadas em sua totalidade: desde os aspectos macro, como a ordem social, passando por níveis intermediários, como culturas das comunidades locais, até atingir um nível mais proximal (ou de microanálise), como as escolas e a família (SIFUENTES et al, 2007, p.381).

A escola e a família constituem contextos de desenvolvimento fundamentais na trajetória das pessoas. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado. Podem, porém, atuar não só como propulsoras, mas como inibidoras do desenvolvimento individual e coletivo.

A família também é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (POLONIA, 2007, p.22)

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações futuras, “caracterizando-se por um

processo de influências bidirecionais, entre os membro familiares e os diferentes que compõem os sistemas sociais” (POLONIA, 2007, p. 22). Portanto, ela é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e inter-geracionais ocorridas ao longo do tempo. No ambiente familiar, a criança aprende as habilidades sociais com as quais irá interagir. Para isto as famílias podem contar com uma rede social de apoio nas transições do desenvolvimento, porém, a principal rede de apoio familiar é oriunda das próprias interações entre seus membros. Segundo Moreira e Oliveira (2000) as redes de relações podem ser ativadas em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a busca de soluções e atividades compartilhadas.

Costa Jr. (2005) comenta que devem se estimular a formação de redes de apoio social, seja na própria comunidade ou nos centros de atendimento à população, ou na escola, já que esta ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A escola, por sua vez, constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem que é permeado por conflitos problemas e diferenças. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global. “Trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade” (MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p. 25).

A escola como um microssistema da sociedade deveria refletir as transformações atuais e contribuir na preparação da comunidade onde esta inserida para viver e superar as dificuldades contribuindo para os processos de desenvolvimento do indivíduo e do grupo. Marques (2001) destaca o que deveria ser a função da escola no século XXI:

[...] (a) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho (MARQUES, 2001, p. 27).

Os conhecimentos vindos da vivência familiar e comunitária podem ser empregados como mediadores para a construção de conhecimentos científicos trabalhados na escola. A família, a escola e suas redes de relações na comunidade, enquanto microssistema, constituem um dos principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. “Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento [...]” (POLONIA, 2007, p.29).

Deste modo, pode-se embasar a reflexão sobre quais circunstâncias a família, a escola e a comunidade são contextos promotores ou inibidores de desenvolvimento. Esta relação neste

estudo se constitui pelo fato do grupo de sujeitos da pesquisa, integrantes da rede social comunitária, atuarem em prol do desenvolvimento nos contextos familiares, escolares e comunitários. Outro fator que deve ser ressaltado neste momento sobre este estudo é o fato de os sujeitos desta pesquisa receberem a orientação da área de desenvolvimento social de uma instituição de ensino do “Sistema S”,³ ambiente educacional, que busca fomentar o desenvolvimento por meio da participação em ações em rede social.

Esse grupo atua em rede por diversos motivos que visam propiciar melhorias para as demandas sociais que o mobiliza. Seus integrantes buscam o desenvolvimento humano e social a partir dos movimentos em redes sociais comunitárias.

Para o prosseguimento deste trabalho, faz-se necessário a partir deste momento iniciarmos a explanação dos procedimentos realizados para a investigação do significado de participação para a Rede Social Taubaté, bem como, das influências ambientais neste significado. As teorias até então estudadas respaldam as discussões que se realizarão no momento da análise do dados coletados.

3. METODOLOGIA

O grupo estudado participa de uma rede social comunitária na cidade de Taubaté / SP, e denomina-se Rede Social Taubaté. Os participantes da pesquisa foram selecionados por acessibilidade. Num total de 42 integrantes em junho de 2011, foram convidados dezesseis sujeitos para a realização de uma entrevista, segundo o critério de participação superior a dois anos na rede. Três sujeitos se recusaram a participar perfazendo uma amostra final de treze sujeitos para o estudo. A amostra foi formada por integrantes de ambos os sexos, com idade a partir de dezoito anos e que residem nesse município. Podemos aceitar a amostra por acessibilidade quando o “pesquisador seleciona os elementos a que tem cesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.” (GIL, 2002, p.122).

Houve um contato prévio com alguns sujeitos da pesquisa durante um encontro do grupo. Nesse encontro foi explicado os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados.⁴ Houve uma solicitação dos sujeitos para que as perguntas fossem enviadas por e-mail para que eles respondessem por este meio. Essa solicitação foi justificada pelo fato de ser esta a forma de

³ Nomenclatura dada ao conjunto de entidades de serviços mantidas pelas confederações classistas empresariais do Brasil. SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SESCOOP são os braços educacionais (“de aprendizagem”) do sistema S, segundo os respectivos setores da economia nacional.

⁴ Antes de iniciar a coleta de dados, este trabalho foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o nº 469/10.

comunicação usualmente utilizada pelo grupo. Apesar de não ser a proposta inicial para a coleta de dados, foi respeitado a solicitação do grupo para viabilizar a participação do maior número de pessoas no estudo. Somente três entrevistados aceitaram se encontrar com a pesquisadora para responder as perguntas por meio da entrevista face a face.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e dezembro do ano de 2011. O tempo das entrevistas foi de aproximadamente vinte minutos. Para os dez integrantes do grupo que solicitaram que as perguntas fossem enviadas por e-mail, foi encaminhado um questionário com dez perguntas abertas, dando a liberdade de criarem seu próprio tempo e modo de responderem. Esse questionário foi semelhante ao roteiro de entrevista seguido pelo pesquisador nas entrevistas face a face.

A análise dos dados foi realizada por meio de categorização e codificação das informações obtidas nas entrevistas e questionários. Os dados, após o tratamento que possibilitou a categorização em cinco temas,⁵ passaram por análise de conteúdo. Madeira (2005) pontua que a linguagem, na análise do conteúdo, proporciona compreender que o sujeito cria uma espécie de ‘filtro interpretativo’, ou seja, traduz o significado de um dado objeto dentro de suas significações. É através desse filtro que se consegue integrar novos saberes ao já existente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cinco categorias ou temas de discursos foram nomeadas após análise de seus conteúdos, conforme segue.

A Categoria 1 refere-se a participação devido ao sentimento de melhorar a situação em que se encontra, tanto individual quanto coletiva. Ela agrupa algumas respostas sobre o que este grupo busca com a participação. Encontrou-se alguns dados sobre os interesses e objetivos dos entrevistados relacionados a mudança, a mudar para melhor. Esta categoria possibilitou uma reflexão sobre os as relações nos sistemas desde o microssistema até o macrossistema.

A Categoria 2 trouxe a motivação para a participação proveniente das experiências e exemplos familiares, das atividades direcionadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar-comunitário, denotando sentimentos de pertencimento e confiança. Esta categoria possibilitou uma análise das influências no significado de participação por meio das relações do micro e do mesossistema, segundo a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 2011). Na categoria de discurso Família esta se apresenta como uma forte influência no significado que os integrantes da Rede Social

⁵ Utilizamos apenas cinco das seis categorias consideradas na dissertação da qual origina-se esse trabalho.

Taubaté possuem em relação à participação, pois foi considerado pelos sujeitos o aprendizado proveniente das relações desse contexto. Esses processos comunicativos ocorrem de forma direta nas interações de parentesco e por isso encontraram-se as influências dessas relações de forma mais intensa.

No discurso dos sujeitos encontra-se a menção de que a participação é oriunda da vivência familiar e do sentimento de pertença. As experiências vividas no âmbito familiar, demarcaram a forma como os componentes do grupo representam e atuam na sociedade. A família é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, “especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais” (POLONIA, 2007, p. 22). Esse fato ficou claro no discurso dos sujeitos desta pesquisa, tanto em relação as suas vivências enquanto crianças, quanto nas suas atuações em prol da contribuição ao desenvolvimento das crianças pertencentes ao grupo comunitário. Isso se verificou pela caracterização que os sujeitos trouxeram em seu discurso da família-comunitária, confirmando também o significado que construíram socialmente para explicar suas ações cotidianas e suas participações.

Na Categoria 3 a motivação evidenciada foi a referência à comunidade, o comunitário, tendo o objetivo e o interesse em participar focado naquilo que os entrevistados definiram como causa comum. Encontrou-se dados sobre a participação relacionada à organização e ao planejamento para a ação, possibilitando um paralelo também com as formas associativas e as organizações do terceiro setor. A identidade grupal e a diversidade colaborativa são encontrados nos conteúdos dos discursos desta categoria que também inclui um olhar para as relações tecidas nos meso, exo e macrossistemas da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

A categoria de discurso Comunidade apresentou a identidade grupal, que para a Rede Social Taubaté trouxe, conforme seus integrantes, a caracterização da diversidade, dos talentos, do individual em prol do coletivo. Essas características acompanham as conceituações e descrições estudadas sobre as redes sociais e suas relações comunitárias (INOJOSA, 1999; FRANCO, 2004). Outro fator apontado na identidade grupal é o sentimento de pertença a esse grupo que possui uma nova forma de atuar socialmente. Desse modo, o sentimento de pertença é outra vez retomado nos resultados, porém agora com um olhar focado no tecido comunitário. Guareschi (2010) comenta a dinâmica do grupo comunitário como um grupo no qual as pessoas se conhecem, se estimam e se articulam. Remete ao pensamento de que a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isso é, por uma participação profunda dos membros no grupo, nos quais são colocadas, em comum, relações primárias.

Nessa perspectiva de pertencimento, os relacionamentos do grupo trazem os laços tecidos por meio de ajuda mútua e dos símbolos e valores que compartilham. Nessa visão, a comunidade é uma entidade simbólica que proporciona um senso de identidade a seus membros (SAWAIA, 2010; GUARESCHI, 2010; CAMPOS, 2010). Esses aspectos também são confirmados por Lifschitz (2011), que em seus estudos sobre neocomunidades relata a força entre o comunitário e o identitário. “Neste sentido, o identitário, enquanto forma de representação dos que se reconhecem como iguais, se realiza, sobretudo nas comunidades [...] como uma peculiar forma de intersubjetividade entre os mesmos” (LIFSCHITZ, 2011, p. 28).

Quanto aos sujeitos, pontua-se também que colaboram exatamente com o seu conhecimento, com seu saber. Composto por uma diversidade profissional, o grupo que integra a Rede Social Taubaté cotidianamente exercita a realização do consenso e de seus projetos comuns, a participação de forma interdisciplinar. Para alcançar os objetivos comuns, o tempo de permanência dos parceiros em rede está em relação com o tempo necessário para realizar as ações para as quais a sua participação é essencial, uma vez que o que dá estabilidade à rede são a manutenção do propósito comum e a realização dos objetivos.

Verificou-se esse fato nos discursos dos sujeitos que demonstram a necessidade do planejamento de forma participativa para o cumprimento das ações. Em outras palavras, um vislumbre de divisão de poder. Planejar significa intervir na realidade, e o planejamento participativo é um modo de intervenção que se espera ser alternativo. Essa colocação é um alerta para que o planejamento participativo, especificamente desse grupo, não se transforme em uma farsa do poder. Segundo Demo (2001, p.44) “mesmo o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, à medida que reproduzir apenas uma farsa participativa”. Esse é o cuidado que o grupo deve tomar frente às orientações passadas pela Instituição de Ensino que fornece a metodologia para atuação em rede. Souza (1991), também compartilha com o alerta às farsas participativas.

A Categoria 4 possui os conteúdos relacionados aos motivos e formas de participação dos entrevistados no grupo da Rede Social Taubaté. Nesta categoria caracteriza-se a atuação em rede social, a atuação profissional e a atuação voluntária. Conforme os entrevistados esta atuação objetiva o bem estar social e possibilita um olhar que engloba as relações do exo e do macrosistema.

Finalizando, na Categoria 5 encontrou-se informações oferecidas pelos entrevistados com relação à questão sociopolítica. É enfatizada a temática da educação dentro de uma abordagem de direitos, políticas públicas e sociais, cidadania entre outros temas. Outra questão que se evidenciou foi a dos serviços e intervenções nos equipamentos públicos. Nessa categoria encontrou-se no discurso dos sujeitos a preocupação com o bem-estar coletivo que eles

pretendem sanar por meio de uma pedagogia ativa, uma educação participativa e reflexiva sobre política, direitos, cidadania e sustentabilidade. No discurso dos informantes, surge uma concepção de participação pela organização popular para influenciar as políticas públicas e garantir direitos.

Atualmente se vê, com frequência, o uso indiscriminado do conceito de abordagem participativa nos discursos, tanto governamental, como de ONGs e de agências internacionais de desenvolvimento humano e social. Na maioria desses casos, a participação é vista como uma tábua de salvação, ao permitir a criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. A participação social pode ser considerada um processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder e visando à tomada de decisões e à gestão local. (PERUZZO, 1995; DEMO, 2001; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010). Em escala mundial, conforme influência das relações do macrossistema, organizações envolvidas com a área de desenvolvimento passaram a incluir a participação social como parte fundamental de seus processos. Em decorrência disso, os organismos internacionais de financiamento reforçaram o incentivo à participação comunitária como o meio de alcance do desenvolvimento socioeconômico, porém “numa visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder” (SAYAGO, 2000, p.47).

Cabe um alerta sobre como tais organismos incentivam os países em desenvolvimento a implementar a participação que, em muitas ocasiões, funciona como substituição de responsabilidades. A interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais é evidente, transformando a chamada participação em estratégia de dominação, e não um caminho ao exercício pleno da cidadania.

Ainda em relação ao poder, Peruzzo (1995) afirma que a participação pode ser controlada, e que ocorre muitas vezes oriunda de pressões sociais, sendo conquistada pelos grupos ou oferecida pelos detentores do poder de uma maneira vertical, de cima para baixo. Nesse caso, é preciso lembrar tanto do apoio educacional da Instituição proponente como dos discursos sobre a educação e a intervenção pública nos serviços oferecidos pelo Estado. Essa participação é oferecida somente até o limite que as instâncias detentoras do poder permitem: até o ponto que não ameace as estruturas de poder vigente. A participação pode ser manipulada e visar a adaptação às demandas e interesses de quem possui o poder. (FOUCAULT, 1979; PERUZZO, 1995; DEMO, 2001; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo proposto neste estudo que foi o de investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté e compreender como os contextos influenciam neste significado, faremos, neste momento uma discussão geral dos resultados aqui apresentados.

Verificamos que no grupo a participação se efetiva de forma atuante, no sentido de quem age. Esta ação ocorre na coletividade, mas não é visando o coletivo e sim o individual, ainda que seja velado. Assim, pode-se compreender o objetivo e interesse destas pessoas com a participação. No coletivo elas ganham forças, porém de operacionalização, ampliando suas ferramentas e as potencialidades de atendimentos de suas demandas. Porém, a reflexão, a autonomia e as questões sociopolíticas, têm importâncias minimizadas para este grupo, contempladas por poucos sujeitos, aqueles que são conselheiros municipais. É relevante citar que a maioria dos integrantes da Rede Social Taubaté possui nível superior em áreas que visam promover a autonomia e a emancipação. Pôde-se confirmar a força das influências das relações do microsistema, neste estudo, prioritariamente, a família.

Os integrantes da Rede Social Taubaté agem, ou melhor, participam buscando melhorias, conforme visto anteriormente, porém, estas melhorias estão relacionadas aos seus próximos. A intenção de melhoria é para os contextos locais. Os sujeitos pesquisados participam prioritariamente por influências oriundas da família e em prol dela. Uma minoria dos sujeitos tem em sua participação uma intenção de interferência em políticas públicas ou na sociedade como um todo. Quando ocorre, não foi por planejamento ou intenção, mas por mera consequência. Pode-se argumentar que devido à indissociabilidade entre o individual do coletivo, o individual, ou seja, a família, possui, implicitamente, uma força maior, para os sujeitos pesquisados.

Sobre o coletivo, a comunidade e a rede, confirmando então a explanação supracitada, percebeu-se que os sujeitos participam no coletivo, mas não para o coletivo. Avritzer (2010) confirma esta questão quando comenta em seus estudos sobre a dinâmica da participação local no Brasil que desde 1980 se apontava para algumas características de uma participação horizontal, porém, conforme comentado por Fischer (1996) e Landim (2000), com influências da igreja nas formas participativas, que não possui como objetivo, a participação local e social para interferência em políticas públicas e sim para as questões emergenciais, caritativas e locais.

Este estudo teve como proposta contribuir para a ampliação teórica sobre o significado de participação em redes sociais comunitárias e os estudos relacionados as redes sociais. Propôs

também, possibilitar as reflexões dos profissionais envolvidos no fomento ao desenvolvimento humano, social e local. Desse modo, em razão das diferenças entre as relações societárias, tecidas na sociedade, sem vínculos estreitos ou presença constante; e as relações comunitárias, tecidas nas comunidades, com vínculos estreitos e presença constante (BAUMAN, 2001), foi importante a definição de rede social comunitária que foi feito no início deste estudo. Esta menção se fez retomando as reflexões sobre as diferenças das relações sociais características de cidade de pequeno porte e com cultura política provinciana como é o caso da cidade em questão. Nos encontros promovidos pela instituição do sistema S, entre os profissionais que atuam em seus programas institucionais, para trocas de experiências e atualizações, já ocorreram debates que possuíam exatamente este enfoque. Os profissionais que atuam na região da grande São Paulo ou de município do estado de São Paulo que possuem mais de trezentos mil habitantes, tinham experiências em redes sociais que ocorriam em bairros, devido as relações comunitárias só ocorrem nestes contextos. Em contraposição, os profissionais que atuam em municípios que possuem menos de trezentos mil habitantes, como é o caso de Taubaté/SP, as redes sociais não possuem os bairros como limites. A relação com vínculos estreitos ocorre por toda a cidade devido ao cotidiano compartilhado nos mesmos ambientes.

Sobre a questão da psicologia social comunitária, entende-se que ela é um campo do conhecimento que promove a participação para a tomada de consciência em relação aos fenômenos e às relações sociais, bem como o fortalecimento dos vínculos comunitários. Nesse sentido, a questão de saber a serviço de quem e para quê o profissional de psicologia atua, é fundamental para a consecução dos objetivos propostos pela disciplina. Adentrando então a questão da atuação, ligada também as questões sociopolíticas e do poder, Avritzer (2010), comenta sobre a relação de autonomia e dependência que as organizações possuem, também, em relação ao Estado e que se expressa pela maneira como realizam demandas por bens público e ao mesmo tempo defendem suas autonomias organizacionais. Esta relação de poder/autonomia afeta a sua ação e o significado de sua participação. Este autor complementa que a pluralização da participação local e social começa a se firmar nos anos de 1990 e 2000 em função do surgimento das legislações locais sobre conselhos. Este fator, também passa a influenciar a participação e seu significado para os integrantes da Rede Social Taubaté (este grupo possui conselheiros municipais).

Finalizando esta discussão, trazemos a pauta um alerta sobre a questão da participação, que possibilita iniciar novos estudos sobre a efetividade deliberativa no significado de participação. Assim, tornou-se clara a necessidade de avançar na direção de refinar o marco analítico nos estudos sobre participação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.O; CUNHA, G.G. Representação Social do Desenvolvimento Humano. **Psicologia e Reflexão**, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003.
- AVRITZER, L. (org). **A Dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010
- BARNES, J.A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 159-193.
- BAUMAN, Z., **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.
- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CAMPOS, R.H.F. **Psicologia comunitária, cultura e consciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COSTA JR, A.L; DESSEN, M.A. **A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CRUZ, M.H.S.. **Formação profissional, representações de gênero de trabalhadores assistentes sociais**. Aracaju: UFS, 2000.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-23, 1996.
- FRANCO, A.de. **O Lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no Capital Social**. Projeto DLIS – Agência AED. Edição 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUARESCHI, P. **Relações comunitárias: Relações de dominação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- INOJOSA, R.M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, FGV, v. 33, n. 5, p. : 115-141, set./out. 1999.
- LANDIM, L. **Doações e trabalho voluntário no Brasil:– uma pesquisa**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- LANE, S.T.M. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- LIFSCHITZ, J.A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

- LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LOIOLA, E; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.53-68.
- MACHADO, J. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.
- MADEIRA, M. C. Representações sociais e processo discursivo. In: MOREIRA, A.S. P.(Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2005, p. 459-469.
- MARQUES, R. **Professores, família e projeto educativo**. Porto: Asa Editores, 2001.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. In: BOCK, A.M.B. et al. **Estudos de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MARTINHO, C. **Algumas palavras sobre redes**. Rede DLIS, 2002. Disponível em: http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action+lista/ordena=autor>. Acesso em 02 maio 2010.
- MINHOTO, L.D.; MARTINS, C.E. As redes e o desenvolvimento social. **Caderno FUNDAP**, n. 22, p.81-101, 2001.
- MOREIRA,A.S.P; OLIVEIRA.D.C.(orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2.ed. Goiânia: AB, 2000.
- MUÑOZ, C. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PERUZZO, C., M., K. **Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI**. 1995. Disponível em: <<http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade/terceirosetor/0145.pdf>> Acesso em: 12 maio 2011.
- POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia: cadernos de psicologia e educação**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.
- SAYAGO, Doris A. V. A invenção burocrática da participação: Discursos e Práticas no Ceará. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- SAWAIA, B.B. **Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, n. 19, Ed. Espec. 2, p. 100-106, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2012.
- SIFUENTES, T.R. et al. Desenvolvimento Humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.23, n.4, pp. 379-386 2007.
- SCHERER-WARREN, I. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.
- SOUZA, M.L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1991
- SPOSATI, A. O. A participação e o pôr-se em movimento. **Serviço Social & Sociedade**, v. 3, n. 9, p. 43-56, 1982.

VASCONCELOS, E.M. **O que é Psicologia Comunitária**. São Paulo: Brasiliense,1985.

WHITAKER, F. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Revista Mutações Sociais. Rio de Janeiro, CEDAC, mar/abr/maio,1993.